

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO MUNICIPAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO - COMTRAE/SP**

ATA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Informes

1. Devolutiva da formação sobre trabalho escravo
2. Marcha dos imigrantes
3. Informe Saúde: a vara solicitou informação sobre criança e adolescente boliviano vítima de violência.
4. GT Denúncia

Pautas

1. Discussão do monitoramento do Plano - Ações de Capacitação e Ações de Assistência.

Participantes Governo: Bryan Rodas (SMDHC/CPMigTD), Sikabaka Dinganga Prosper (SMDHC/CRAI), Núria Margarit Carbassa (SMDHC/CPMigTD), Ricardo Fernandes de Menezes (SMS), Rogério Gonçalves da Silva (SME)

Participantes Sociedade Civil: Aparecida Carmelita de Sousa (Sindicato das Costureiras), Victoria Perino Rosa (Repórter Brasil), Antônio Alves de Almeida (CAMI), Roque Renato Pattussi (CAMI), Angela Bozzon (ABVTEX),

Observadores/as: Laís Andrade Furtado Leite (RPTD), Eliza Donda (Missão Paz), Wilbert Rivas (OIM),

Às 14h:40min do dia 19 do mês de outubro do ano de 2023, no endereço R. Líbero Badaró, 119, SMDHC, reuniram-se os(as) Srs.(as) representantes do Poder Público, os(as) Srs.(as) representantes da Sociedade Civil e os(as) Observadores(as) a fim de discutirem a pauta do dia. O Sr. Bryan Zelman Sempertegui Rodas presidiu a reunião, tendo sido secretariado pela Sra. Núria Margarit Carbassa.

Bryan: Olá, boa tarde.

Vou passar as ATAS das reuniões passadas para que todos que estiveram presentes assinem. Peço desculpa pelo atraso, estávamos no evento de Lançamento da Cartilha de atendimento pré natal para mulheres haitianas em Perus.Podemos disponibilizar para todos conferirem.

Podemos seguir com a Pauta do Monitoramento, mas antes disso, comunico a vocês sobre o evento da CONATRAE. O representante da Sociedade Civil será o CAMI, pelo Roque e do Poder Público, a Núria estará presente.

Informe nº 1: Devolutiva da formação sobre trabalho escravo

Victoria: Conversamos sobre a formação da Repórter Brasil sobre Trabalho Análogo ao Escravo para os conselheiros. Pensamos em propor uma formação curta em dezembro. Essa formação poderia ser no tempo da reunião, de 3 horas, poderia ser no calendário da COMTRAE ou uma data externa.

Bryan: podemos verificar uma data na primeira semana de dezembro, porque posterior a isso, fica inviável pelas datas festivas de fim de ano.

Núria: acredito que em dezembro, na data da reunião seja possível. Afinal essa discussão do momento já está por concluir.

Informe nº 2: Marcha dos imigrantes

Antônio: sou suplente do CAMI, venho convidá-los para participar da Marcha dos Imigrantes que acontecerá no dia 3 de dezembro às 14 horas no MASP. No dia 28 de outubro, sábado, na sede do CAMI às 14h30 teremos mais uma reunião de organização da Marcha. Essa marcha é organizada por GTs que compõem a marcha e precisamos de apoio. Ainda temos demanda, pois há muito trabalho. Caso possam, serão bem vindos para contribuir para atuarmos juntos nessa Marcha para sua significância lá na Avenida Paulista.

É sempre na última semana do mês, creio que haverá mais duas reuniões e seguiremos para o evento da MARCHA, cujo título será “Minha pátria é o mundo”

Bryan: agradeço. Fica o convite para essa 15ª Marcha, o CMI indicou que estará presente para somar nos esforços para a Marcha.

Antônio: qualquer ajuda será de extrema importância.

Informe nº 3: Secretaria Municipal da Saúde- a vara solicitou informação sobre criança e adolescente boliviano em violência.

Ricardo: eu queria dar um informe. A Secretaria Municipal de Saúde de SP, sobre a área do trabalho

Chegou do ministério público a demanda de formação na vara de infância e juventude da zona norte, sobre a informação de crianças e adolescentes bolivianas em situação de violência. No entanto, essa informação não é registrada com a nacionalidade das crianças. Na hora que eu vi essa demanda, eu pensei naquela entidade de bolivianos e claro, se podemos pedir ajuda. Achei que era mais provável um pedido de informação .

Bryan: era o Consulado Boliviano e o CAMI estava no apoio.

Ricardo: é uma demanda do judiciário da Norte.

Bryan: Podemos passar o contato, sim. Mas creio que seja mais efetivo acionar os canais de Criança e Adolescente e o Conselho Tutelar do Território.

Ricardo: tudo bem, depois eu peço o contato do consulado e do Cami.

Item nº 1 da pauta: Discussão do monitoramento do Plano - Ações de Capacitação e Ações de Assistência.

Núria: seguindo nossos trabalhos de monitoramento. Temos aqui todos os eixos observados. Hoje seguimos com Ações de Capacitação e Ações de Assistência.

Ações de Capacitação:

Núria: elas não estão claramente vinculadas ao plano. Mas podemos seguir nossa metodologia de costume. Geralmente a gente comenta se a COMTRAE realizou algum trabalho pertinente a essa ação.

Bryan: podemos ver o que foi comentado na época.

Indicador 1: Capacitação da Guarda Civil Metropolitana em questões relacionadas ao trabalho escravo, tráfico de pessoas e violações correlatas e identificação destas situações

Parcialmente cumprido.

Ações relacionadas:

- Capacitar a Guarda Civil Metropolitana em questões relacionadas ao trabalho escravo, tráfico de pessoas e violações correlatas, na identificação das situações em que potencialmente podem ocorrer.

Avaliações:

- historicamente havia denúncias que chegavam a partir da GCM
- se indica colocar os profissionais de segurança pública em geral, não só a GCM
- A ação 2 poderia já contemplar os profissionais da segurança pública, e poderia dar mais flexibilidade no seu cumprimento. Depende da avaliação da Comissão explicitar estes profissionais ou não.
- É importante destacar que as forças policiais não têm atribuições em resgates de TE.
- Polícia civil também pode ser uma ator importante

Discussão:

Victoria: Houve capacitação sim, mas não foi com a Guarda Civil Metropolitana. Mas não entendi o porquê dessa separação é um destaque para a Guarda Civil dos outros servidores públicos?

Eliza: acho que esse destaque para a GCM é porque é a entidade que mais tinha contato direto com os casos e denúncia do trabalho análogo ao escravo.

Bryan: Sim, só não sei se para o contexto atual isso é cabível. Vale pensar se continuamos ou não.

Elisa: eu acho que deveria enfatizar sim, porque quem está na rua é a GCM e quem tem acesso maior a essas demandas. Vendo a partir de quem está na rua.

Bryan: Talvez não focalizada só no Civil, mas Militar tbm.

Victoria: quando eu pergunto isso, é levantando para a questão se não podemos colocar os servidores públicos de maneira geral? Eu acho que deixar amplo, fica abrangente.

Bryan: Depende muito de qual visão a Comissão tem frente a isso. Se for para servidores no geral, a GCM ainda será contemplada? Ou vale a pena destacar para garantir que seja contemplada? Para vários servidores, 10 são da gcm e tantos outros de outras áreas. Ainda, se destacamos a GCM, está ao nosso alcance formar esse grupo de servidores?

Elisa: acho válido, ainda mais para ações de repressão e estreitar esse diálogo.

Victoria: Pode ser bom, mas fica complicado se não tivermos esse alcance.

Bryan: Não precisa decidir agora, mas vale destacar se há essa importância. Porém vale alertar que a polícia não faz resgates desse tipo.

Aparecida: tem formas também de incluir a polícia civil, porque houveram alguns casos que acionamos a polícia civil.

Indicador 2: Capacitação de agentes públicos sobre o enfrentamento ao trabalho escravo, tráfico de pessoas e violações correlatas e inclusão da temática nos cursos de formação desses servidores

Foi cumprido.

Ações Relacionadas:

- Capacitar agentes públicos municipais de assistência social, saúde, segurança urbana, trabalho e educação sobre o enfrentamento ao trabalho escravo, tráfico de pessoas e violações correlatas.

Avaliações:

- indicador pertinente e fundamental

Discussão:

Bryan: é uma ação fundamental na capacitação de servidores públicos, acredito que a gente mantenha e focalize em alguns eixos prioritários como educação, direitos humanos e assistência social.

Indicador 3: Capacitação de profissionais para atendimento às vítimas do trabalho escravo, tráfico de pessoas e seus familiares

Cumprido

Ações Relacionadas: não está indicada

Avaliações:

- ação que se sobrepõe com a ação 2
- Pode se fazer distinção entre servidores públicos administrativos (gestores), e profissionais de ponta.
- pode-se incluir as organizações da sociedade civil que realizam atendimento

Discussão:

Núria: fala da mesma coisa que o ponto anterior.

Bryan: se mantém.

Antônio: posso estar equivocado, podem me ajudar. No CAMI estamos diante de pessoas resgatadas em várias regiões e vejo a demanda dos atendentes para lidar com esses casos específicos de pessoas resgatadas do trabalho escravo contemporâneo. Acredito ser fundamental a formação para os funcionários da ponta, assim como para os gestores das políticas.

Essa formação tem que ser muito cuidadosa, pois as vítimas são muito heterogêneas. Há uma heterogeneidade dessas vítimas e precisa de formações específicas.

Victoria: Você pensou em formações para atendimentos públicos ou para pessoas da sociedade civil?

Antonio: Sim, eu pensei para ambos e com abrangência para pessoas da sociedade civil e de forma continuada.

Núria: e não tem metas para a formação de atendentes da sociedade civil?

Bryan: não, não tinha.

Indicador 4: Inclusão da temática em currículos específicos

Não cumprido

Avaliações:

- Pode ser um desafio manter este indicador. Não tem coesão em termos de formação
- Pode-se referir a escolas formativas como ESPASO, EMASP,...
- Melhorar a formulação e especificação do indicador.

Discussão:

Bryan: ficou dúvida se fica no currículo de servidores ou na educação básica.

Rogério: dentro da secretaria tem um núcleo específico, o NEER, o currículo da cidade tem elementos que colabora com a pauta de trabalho escravo. Inclusive convido vocês para lerem o

currículo da cidade. DIGEP - Divisão de gestão democrática e programas intersecretariais. O eixo de educação de direitos humanos, convivência e mediação de conflitos. Um deles é o instituto Vladimir Erzog

Bryan: Esse material é muito interessante,

Rogério: para além do currículo tem o projeto “Respeitar é preciso” tem 7 cadernos específicos e um sobre “sujeito de direitos”.

Bryan: a educação é uma grande parceira conosco para o debate da migração.

Antonio: E qual especificamente eu encontro sobre trabalho análogo ao escravo?

Rogério: o NEER, você encontra o trabalho análogo ao escravo.

Núria: mas ele trata do tema do trabalho infantil ou ele vai pelo caminho do trabalho escravo pelas Migrações?

Rogério: Sim, no entanto, vai pela linha de trabalhar mais como os equipamentos fazem a prevenção.

Eliza: então voltando a esse ponto, é mais coerente que esse indicador pautar a formação de servidores.

Victoria: Vale destacar isso que o Bryan falou de ser uma meta impossível, porque não temos a garantia dessa unidade.

Bryan: Sim, porque quando falamos de currículo nos vem a ideia de que é algo fixo e igual, mas não.

Núria: seguimos então para o próximo eixo.

Ações de Assistência

Indicador 1: Assistência integral e prioritária ao público-alvo

Parcialmente Cumprido

Metas Relacionadas:

- Articular a efetivação da assistência integral e prioritária às crianças e adolescentes, trabalhadoras e trabalhadores vítimas de trabalho escravo, tráfico de pessoas, questões correlatas, seus familiares e vulneráveis a estas violações.

Avaliações:

- Reforçar o papel da SMADS enquanto atribuição desta ação, perguntar acerca da existência de fluxos específicos
- Ação geral demais. Transferência de responsabilidade para a sociedade civil
- Necessidade de destaque de ações estruturadas do poder público
- Ação bem geral. pode se referir a sociedade civil

- O fluxo entra para definir responsabilidades na assistência
- Necessidade de reescrever o indicador

Discussão:

Eliza: achei problemático a parte que diz que o CAMI e o CDHIC deram apoio completamente, onde deveria haver políticas públicas da rede municipal.

Bryan: na época o plano não tinha responsáveis diretos pelas ações, por conta disso, se contabiliza a sociedade civil. Mas concordo que isso é uma demanda de política pública.

Victoria: me parece que se pensou separadamente sociedade civil e poder público.

Bryan: não sei se vcs lembram , mas eu não estava na elaboração. Acho que talvez não precisamos adivinhar o que teve por trás da elaboração desses indicadores, mas cabe ver o que cada entidade seja pública ou da sociedade civil possa fazer.

Eliza: se puder escrever, vale a pena especificar.

Victoria: não parece ser muito uma ação, porque como se quantifica e qualifica isso?

Bryan: Sim.

Victoria: isso é mais um pressuposto à política do que mais uma ação.

Bryan: mais uma problemática da metodologia que tomaram pra escrever.

Indicador 2: Atendimento do público-alvo a acolhimento da rede municipal de assistência social e acesso ao CadÚnico

Parcialmente cumprido

Ações Relacionadas:

- Garantir atendimento nos centros de acolhida da Assistência Social às vítimas do trabalho escravo, do tráfico de pessoas e aos seus familiares.
- Garantir o acesso das vítimas do trabalho escravo, tráfico de pessoas e violações correlatas ao Cadastro Único. Relacionadas:

Avaliações:

- Reforçar o papel da SMADS enquanto atribuição desta ação, perguntar acerca da existência de fluxos específicos
- Sugere-se separar em duas ações diferentes: acolhimento e acesso a benefícios
- Falta de linha de base e meta quantitativa
- Sugere-se substituir por uma ação que contemple a falta de serviços específicos para vítimas de trabalho escravo da rede socioassistencial
- Complementar o acesso ao CadÚnico com "e outros benefícios socioassistenciais"

Discussão:

Bryan: esse indicador precisaria ser duas coisas distintas.

Nuria: discute os pontos de acesso à assistência.

Bryan: Foi um erro metodológico avaliar duas ações distintas.

Victoria: a própria ação não sugere nenhuma métrica

Eliza: Existe alguma priorização para acolhida de pessoas resgatadas de trabalho escravo?

Bryan: não tinha essa especificidade como ponto prioritário, não há um trabalho específico para acolhimento e assistência de pessoas resgatadas de trabalho escravo. Como sugestão: permaneceria com duas divisões com ações específicas.

Na primeira ação, para que ela viesse a prever uma especificidade de acolhida para pessoas resgatadas. Não sei se faz sentido insistir na rede sócio assistencial de modo geral. Eu mudaria essa ação. E a segunda, não tenho objeções. O cadúnico é o principal para acesso socioassistencial, mas dá para complementar outros benefícios socioassistenciais.

Indicador 3: Encaminhamento e/ou cadastro dos resgatados ou vítimas de trabalho escravo e tráfico de pessoas em programas de intermediação de mão de obra e geração de emprego e renda

Não cumprido

Ações Relacionadas:

- Garantir o cadastramento dos resgatados ou vítimas do trabalho escravo e tráfico de pessoas em programas de intermediação de mão de obra e geração de emprego e renda.

Avaliações:

- Reforçar o papel da SMDet enquanto atribuição desta ação
- Pensar em como a SMDet se insere no Fluxo
- Se ressalta a importância do indicador
- Necessidade de mencionar a formação profissional dos resgatados

Discussão:

Bryan: Reforçar o papel da secretaria responsável pelo atendimento dessa ação, SMDet que é responsável pela política, inclusive pelo fluxo de resgate. Além disso, pensar como a SMDet se insere no fluxo.

Eliza: Vale perguntar quais ações foram previstas pela SMDet.

Ricardo: Vale a pergunta, inclusive para outras áreas como Saúde sobre quais as ações específicas sobre esse tema.

Antonio: nesse caso da empregabilidade das pessoas resgatadas, já está incluso alguma capacitação profissional.

Bryan: Não.

Antonio: Porque sem isso fica impossível a possibilidade de empregabilidade.

Eliza: isso é válido porque possibilita a saída desse resgatado da posição de vítima. A educação e a saúde possibilitaria isso.

Victoria: isso entra na prevenção, mas também no pós resgate.

Indicador 4: Divulgação de canais de assistência e programas de geração de renda ao público-alvo no município

Cumprido

Ações Relacionadas:

- Divulgar canais de assistência às vítimas de trabalho escravo, tráfico de pessoas e violações correlatas no município.

Avaliações:

- Divulgação intercultural e em diversidade linguística
- A ação diz sobre divulgação de serviços de atendimento
- Divulgação tem que ser através de vários canais, suportes e formatos
- Ressalta-se a importância do indicador

Discussão:

Núria: canal de assistência não é a palavra ideal.

Bryan: pelo que eu entendi, eles se referem a uma ação de divulgação dos canais de assistência. Não vejo problema, só adicionaria a necessidade de respeitar interculturalmente.

Victoria: vale pontuar que essa divulgação tem que ser através de vários suportes, formatos,

Eliza: Vale ressaltar a importância da ação.

Indicador 5: Esforços para proteger a privacidade e a identidade de vítimas de trabalho escravo, tráfico de pessoas e de seus familiares

Cumprido

Metas Relacionadas:

- Envidar esforços para proteger a privacidade e a identidade das vítimas de trabalho escravo, tráfico de pessoas e de seus familiares, tanto por parte das autoridades envolvidas na fiscalização quanto da imprensa.

Avaliações:

- importante: por parte das autoridades envolvidas na fiscalização e principalmente da imprensa
- material informativo ou guia para as mídias. O Repórter Brasil tem um.
- sugere-se reformular o indicador na direção de elaborar materiais e guias para que as identidades sejam protegidas, pois "esforços" é uma medida muito vaga
- "Oferecer proteção"

Discussão:

Victoria: essa parte da imprensa é importante, para que não seja divulgada a imagem das pessoas. Vale pensar no material informativo como guia para as mídias. A repórter Brasil tem um, mas está desatualizado.

Núria: É difícil quantificar esforços para proteger.

Bryan: de fato, vale sugerir a reformulação do indicador em direção de elaborar materiais. O esforço seria adequar a ação para que ela seja mais pragmática.

Núria: Pode ser pensando em formações sobre proteção de dados.

Bryan: uma coisa horizontal entre todos aqui é a proteção de dados.

Antonio: "Oferecer proteção"

Núria: Oferecer proteção seria o objetivo

Indicador 6: Promoção de condições de acesso à educação e à saúde do público alvo

Não cumprido

Metas Relacionadas:

- Promover condições de acesso à educação e à saúde das vítimas do trabalho escravo, tráfico de pessoas e seus familiares, inclusive para aqueles que ainda não possuem documentos.

Avaliações:

- Indicador impossível de ser quantificado, e muito geral
- Focalizar em instrumentos que promovam o acesso e possam quantificá-lo. Pensar em protocolos de atendimento, guias.
- Atenção para que não haja revitimização
- Programa Saúde Escola, garante articulação entre saúde e educação
- Idealmente seria importante a construção de um protocolo na COMTRAE, com as secretarias presentes no colegiado.
- Seria importante que a representação da secretaria na COMTRAE fosse a pessoa de referência de acompanhamento dos casos

Discussão:

Victoria: de novo, não acho que isso seja um indicador.

Bryan: não há como mensurar isso sobre a pessoa acessar a saúde e a educação.

Ricardo: é válido no sentido da subnotificação dessas vítimas, na saúde por exemplo esses casos de violações passam todos pelo Pronto Socorro.

Bryan: o que seria promover condições? Aí seria interessante focalizar, eu acho que a questão é quais os instrumentos que elas têm promoção ao acesso, o acesso e a acolhida após o atendimento. No caso, vale pensar nos protocolos de atendimento.

Eliza: o caso é esse, de criar protocolos de atendimento nesses espaços.

Rogério: porém não existe essa premissa de perceber ou perguntar sobre a situação da criança ou da família. Por exemplo na educação, existe a premissa de não dificultar o acesso a matrícula por conta de documentação.

Victoria: Cuidado para pensar em não incentivar perguntas para as pessoas fazerem diretamente. Ainda sim, ter a sensibilidade para identificar quais os procedimentos de denúncia e acolhimento.

Bryan: que fosse um instrumento que pudesse fortalecer como articular e mobilizar em rede ao estar em contato com uma vítima de trabalho escravo. Para que a instituição esteja ciente dessas questões específicas e saiba como encaminhar.

Rogério: entre o diálogo de educação e saúde há o PSE, que pode fazer essa articulação conjunta. Além desse tem o PSBV e o NAAPA que faz articulações com toda rede de proteção do território.

Ricardo: com esse movimento se criou a obrigatoriedade de fazer intermediação com a rede. E evitar a burocratização desses núcleos.

Roque: o ideal seria montar o protocolo entre nós e as diversas secretarias para tentar implementar. Uma pessoa resgatada, por exemplo, não pode esperar 6 meses para um atendimento em saúde, ultimamente tem sido assim. Com isso, vale pensar em meios de abrir as portas para esses casos e acompanhamento por parte dessas secretarias priorizando o atendimento das vítimas. Eu creio que precisa ter esse protocolo e pactos entre secretarias pensado pela COMTRAE e repassado para as outras secretarias.

Aparecida: envolve também os Centros de Referência, porque eles são específicos para resolver esses casos. Eles também precisam ser incluídos.

Victoria: O Central é uma formulação de um protocolo para todos esses serviços.

Bryan: o Fluxo Municipal e o Fluxo Estadual pressupõem isso e vale ter os instrumentos específicos. O que eu quero dizer aqui, não está fora da realidade. Desde que haja diálogo entre as secretarias, a possibilidade de criar instrumentais para que sejam incluídos no fluxo.

Informe nº4 : GT Denúncia

Núria: Podemos dar por encerrado? Na próxima reunião temos o último Eixo que será Ações de geração de emprego e renda e finalizamos. Queria só dar um último informe:

Temos a intenção de retomar o GT Denúncia e queria remarcar a próxima reunião. Além disso, queria convidar mais membros para compor o GT. Pois precisamos de mais membros.

Sugerindo então dia 14 de novembro às 14 horas.

Victoria: só trazendo uma atualização, a formação da Repórter Brasil pode ser em janeiro ou fevereiro.

Bryan: dia 28 de janeiro é o dia do Enfrentamento ao Trabalho Escravo, poderia ser um seminário ou uma programação.

Encaminhamento: Pautar na próxima Reunião o evento do dia 28

Roque: Seria interessante que CMI e COMTRAE fizessem uma reunião juntos para se conhecer e poder unir esforços.

Bryan: acho extremamente interessante esse diálogo entre conselhos.

Agradeço pela presença e nos vemos nas próximas reuniões.

Sendo o que havia para o momento, deu-se por encerrada a reunião às **17h:10min** e, para constar, eu, **Jess Ferreira**, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais participantes.


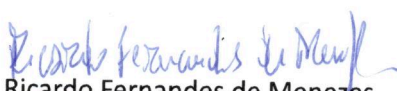
Encaminhamentos

N.	Descrição dos encaminhamentos	Responsável	Prazo
01	Discussão do Monitoramento - Ações de Geração de Emprego e Renda	Secretaria Executiva	Até 09/11/2023
02	Agendamento da próxima reunião do GT Denúncia	Secretaria Executiva	Até 09/11/2023
03	Convocar novos participantes para o GT Denúncia	Secretaria Executiva	Até 09/11/2023

Membros (as) da COMTRAE/SP


Núria Margarit Carbassa
(Secretaria Executiva - CPMigTD/SMDHC)


Jess Ferreira Silva
(apoio Secretaria Executiva - CPMigTD/SMDHC)

1	 Bryan Zelmar Sempertegui Rodas Presidente (a)	x	Sikabaka Dinganga Prosper Vice - presidente(a)	x
2	 Ricardo Fernandes de Menezes Secretaria Municipal de Saúde	x	Cássia Liberato Muniz Ribeiro Secretaria Municipal de Saúde (suplente)	
3	Sueli de Paula Santos Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social		Adriana Maria Sabbag Neuber Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (suplente)	
4	Vanessa Ferraz de Mello Secretaria Municipal de Subprefeituras		Patrícia Vieira da Costa Secretaria M. de Subprefeituras (suplente)	
5	Rogério Gonçalves da Silva Secretaria Municipal de Educação	x	Gláucia Cristine Silva Burckler Secretaria M. de Educação (suplente)	
6	Luiz Carlos Lopez Secretaria M. da Pessoa com Deficiência		Raquel Vazquez Paulino S. M. da Pessoa com Deficiência (suplente)	
7	Vinicius da Silva Alexandre Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho		Karina Yumi Guimarães Miyamoto Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (suplente)	
8	Talita Vieira Antonio Secretaria M. de Relações Internacionais		Camila Gomes de Assis S.M. de Relações Internacionais (suplente)	
9	Jorge Gustavo Pinna Rodrigues Secretaria M. de Inovação e Tecnologia		Tabata Sousa da Luz Ribeiro Secretaria M. de Inovação e Tecnologia	

1	Camila Cristina Zelezoglo Abit (Soc. Civil)		Rosane Ramos dos Santos Tanabe Abit (Soc. Civil - suplente)	
2	Federico Marti da Rosa Fornazieri CDHIC (Soc. Civil)		Manuela Leal Santullo CDHIC (Soc. Civil - suplente)	
3	 Roque Renato Pattusi CAMI (Soc. Civil)	X 	Antônio Alves de Almeida CAMI (Soc. Civil - suplente)	X 
4	 Aparecida Carmelita de Sousa Sindicato das Costureiras (Soc. Civil)	X	Sindicato das Costureiras (Soc. Civil - suplente)	
5	Júlia Mello Neiva CONECTAS (Soc. Civil)		Fernanda Drummond Pinheiro CONECTAS (Soc. Civil - suplente)	
6	Luiz Evandro Vargas Duplat Filho AMATRA-2 (Soc. Civil)		Alice Nogueira e Oliveira Brandão AMATRA-2 (Soc. Civil - suplente)	
7	Angela Bozzon ABVTEX (Soc. Civil)	X	Juliana Ortiz ABVTEX (Soc. Civil - suplente)	
8	Natália Suzuki Repórter Brasil (Soc. Civil)		 Victória Perino Rosa Repórter Brasil (Soc. Civil - suplente)	X
9	Marina Martins Ferro INPACTO (Soc. Civil)		Paola Coelho Gersztein INPACTO (Soc. Civil - suplente)	